

20
23



RELATÓRIO ANUAL

Cooper - Sekurit

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos
Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos
Industriais e para Construção - Divisão Vidro Plano.

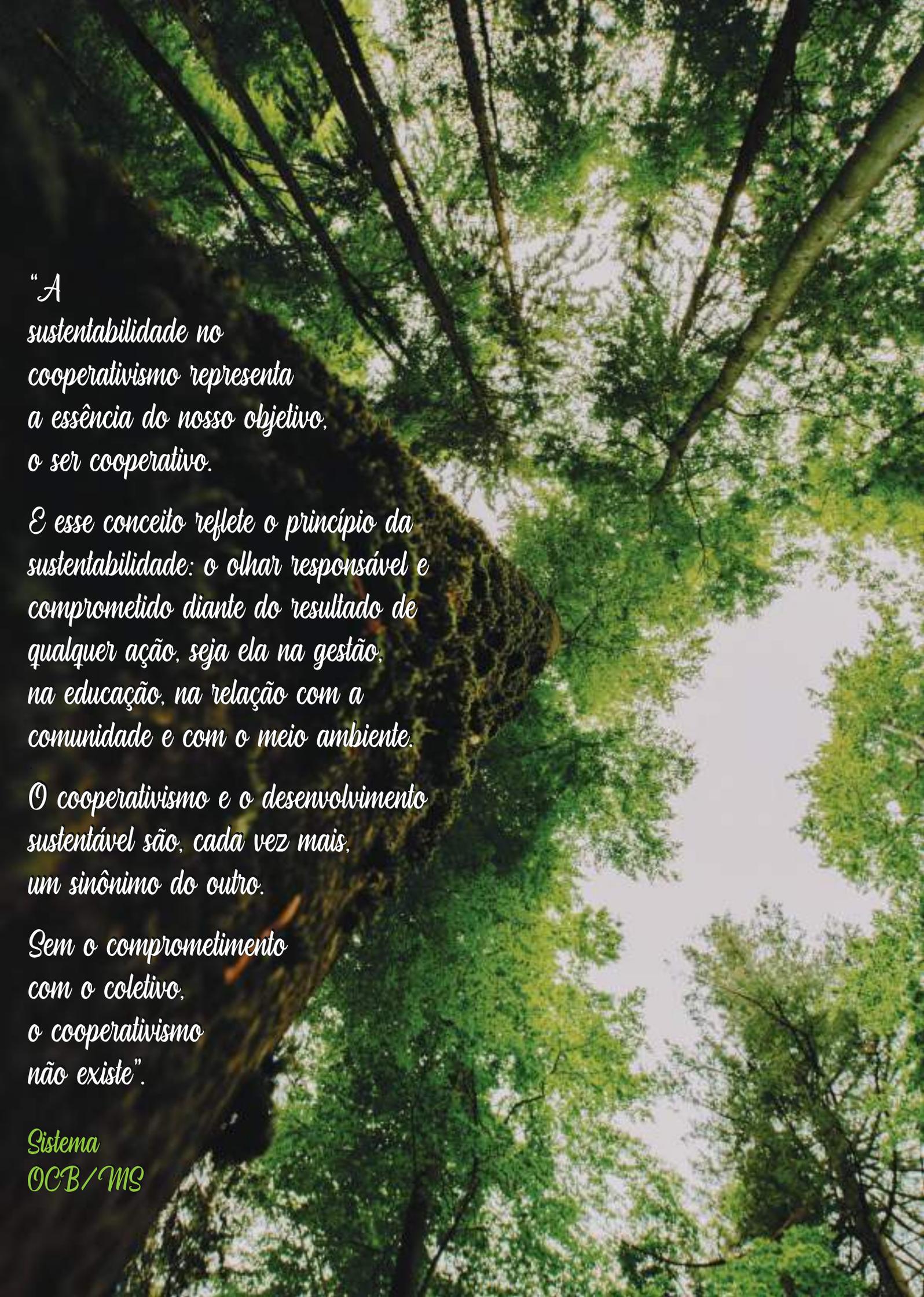


RELATÓRIO ANUAL

Cooper – Sekurit

2023





“A sustentabilidade no cooperativismo representa a essência do nosso objetivo, o ser cooperativo.

E esse conceito reflete o princípio da sustentabilidade: o olhar responsável e comprometido diante do resultado de qualquer ação, seja ela na gestão, na educação, na relação com a comunidade e com o meio ambiente.

O cooperativismo e o desenvolvimento sustentável são, cada vez mais, um sinônimo do outro.

Sem o comprometimento com o coletivo, o cooperativismo não existe”.

*Sistema
OCB/MS*

SÍNTESE

05	Palavras do Presidente	06	Administradores Diretoria e Conselho Fiscal
07	Delegados	08	Nossos Agradecimentos
09	Realizações da Diretoria	10	Apreciação
12	Política Operacional	18	Governança Corporativa Conselho Fiscal Código de Ética
19	Sistema de Ouvidoria Agradecimentos	21	Edital de Convocação
22	Balancos Patrimoniais	24	Demonstrações do Resultado
26	Demonstrações das Mutações	28	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
44	Relatório dos Auditores Independentes	49	Parecer do Conselho Fiscal
51	Mensagem Cooperativista	52	Expediente

O Relatório Anual da Diretoria constitui um documento mandatário, conforme determinado pela legislação, desempenhando um papel crucial na avaliação da estabilidade financeira da cooperativa.

Seu propósito é apresentar um panorama detalhado do estado econômico e social da entidade, além de relatar as atividades e conquistas administrativas alcançadas ao longo do ano.



PALAVRAS DO PRESIDENTE

No início de 2023, encontramos-nos em um cenário ainda marcado pela presença da Covid-19, enfrentando os desafios residuais que a pandemia nos impôs. Nesse contexto, adotamos medidas significativas para apoiar os associados e suas famílias, evidenciando nossa capacidade de adaptação e resiliência. Uma das primeiras ações foi a distribuição de kits escolares para as crianças, seguida pela realização da Assembleia Geral. Essas iniciativas, somadas ao crescimento da carteira de empréstimos e do capital social, demonstraram a força da cooperação entre todos nós.

A esperança renovou-se em maio com o decreto que anunciou o fim oficial da pandemia. Esse momento simbólico marcou a transição para uma fase de recuperação e adaptação, apesar de o vírus continuar circulando em menor grau. Esse marco foi um ponto de reflexão para nós, permitindo que começássemos a olhar para o futuro com maior otimismo e a planejar nossas ações com uma perspectiva renovada.

O ano de 2023 também foi testemunha de desafios econômicos significativos para o Brasil, incluindo um cenário de altas taxas de juros e a posse de um novo presidente. Esses fatores tiveram impactos diretos e indiretos na economia brasileira, exigindo de nós uma postura ainda mais estratégica. Em resposta, a taxa Selic, que estava em 13,75% no início do ano, foi ajustada para 11,75% em dezembro, o nível mais baixo em quase dois anos. Em junho, a diretoria tomou a decisão estratégica de revisar as taxas de juros dos empréstimos, buscando equilibrar os objetivos econômicos com a sustentabilidade financeira da cooperativa.

Em paralelo, mantivemos firme o compromisso com a promoção da sustentabilidade e da educação financeira entre os associados. Através de uma comunicação ativa nas redes sociais enfocamos a importância de práticas financeiras responsáveis e de um estilo de vida sustentável. Este esforço contínuo visa fortalecer a base de conhecimento dos associados, capacitando-os a tomar decisões financeiras informadas e conscientes.

Além disso, a fim de fortalecer nosso quadro social e incentivar a participação ativa, implementamos uma série de campanhas para atrair novos associados e organizamos sorteios de prêmios. Um momento especial foi a celebração dos 47 anos da Cooper-Sekurit, ocasião em que homenageamos os três associados mais antigos, reconhecendo sua lealdade e dedicação ao longo das décadas. Esses eventos são fundamentais para reforçar os laços entre nossos membros e agradecer pelo compromisso contínuo com a cooperativa.

Olhando para o futuro, o ano de 2024 está repleto de oportunidades para ampliarmos o impacto. Estamos comprometidos em aprofundar nossa missão de contribuir para o bem-estar econômico, educacional e social dos associados e seus familiares. Por meio do trabalho conjunto, buscamos não apenas manter, mas expandir a capacidade de oferecer benefícios significativos e promover um ambiente de prosperidade compartilhada.

Nossa equipe, desde a liderança até às colaboradoras, está dedicada a explorar todas as vias possíveis para garantir que a Cooper-Sekurit continue sendo um pilar de suporte sólido e ao mesmo tempo fraterno. Com a cooperação, participação e confiança de cada um dos nossos associados, estamos confiantes de que podemos enfrentar qualquer desafio que surja. Juntos, construiremos um futuro ainda mais brilhante para a cooperativa, reafirmando o compromisso com cada membro e com a sociedade maior que servimos – nossos cooperados.

Silvino Theodoro da Silva

Diretor-Presidente

ADMINISTRADORES



Diretoria

Mandato 2022/2024

DIRETOR-PRESIDENTE

Silvino Theodoro da Silva

DIRETOR-TESOUREIRO

João Batista dos Santos

DIRETOR-SECRETÁRIO

Nilson Rodrigues Leal

DIRETOR-ADJUNTO

Claudio Marcio da Silva

Conselho Fiscal

Mandato 2022/2024

EFETIVOS

Marcelo José de Barros

André Fabrício Nunes

Wallisson Salatiel da Silva

SUPLENTES

Clayton da Silva Silvestre

Marcelo Aparecido de Oliveira

Jurandir Donisete dos Santos

Conforme estabelecido pela legislação e pelo Estatuto da Cooperativa, os integrantes dos Órgãos de Administração e Fiscalização têm responsabilidades que são estratégicas, orientadoras, eletivas e de supervisão, excluindo-se aí qualquer função de natureza operacional ou executiva.

DELEGADOS

Na Assembleia realizada em 05/12/2023 foram eleitos 48 delegados - 24 efetivos e 24 suplentes distribuídos nas unidades da empresa, que representarão os cooperados pelo período de 04 (quatro) anos, que é a duração do mandato.

A Cooper-Sekurit apresenta um Guia prático para os cooperados conhecerem de maneira objetiva qual a importância do Delegado em uma Cooperativa.

Acesse [POLÍTICAS](#) no site www.coopersekurit.com.br

Mauá - 19/549

EFETIVO

Vitorio Garofo Fernandes
Adriano Aparecido Bollo
Denis Oszter
Leandro Pereira Lima
Claudineia Casal Vieira
Paulo Shamis
Valter Gastão Junior
Alex dos Santos Gracio
Alex Santos da Cruz
Eduardo Theodoro da Silva
Edijalmaci Quirino do Nascimento
Marcelo da Silva Lima
Joel Cristian Souza Pinto
Edmilson Bastos Pereira
Vagner Amaro da Silva
Jair Alves de Almeida
Alerrand Farias Alves
Geraldo Alexandre da Silva
Milene Braz Detoni

SUPLENTE

Sandro Bosi
Clayton Antonio da Silva Pereira
Alex da Luz Souza
Sergio Talpo Pionta
Robson Carlos Araujo Oliveira
Douglas Antonio dos Santos
Donisete Carlos Baptista
Antonio Benivaldo Nascimento
Nivaldir Santana da Silva
Marco Antonio Sampaio
Afonso Lucinaldo dos Santos Fagundes
Roberto Marçal Martins
Valter dos Santos Araujo
Samuel da Silva Costa
Jorge Henrique Francisco
Welintom Luiz Santos
Bartolomeu do Nascimento Santos
Jose Lourinaldo dos Santos
Odair Pierin

Betim - 1/7

EFETIVO

Karina Kelly Araujo

SUPLENTE

Wendel De Araujo Pena

Gravataí - 1/16

EFETIVO

Michelle Maria Korschner

SUPLENTE

Denise Bazzi Machado

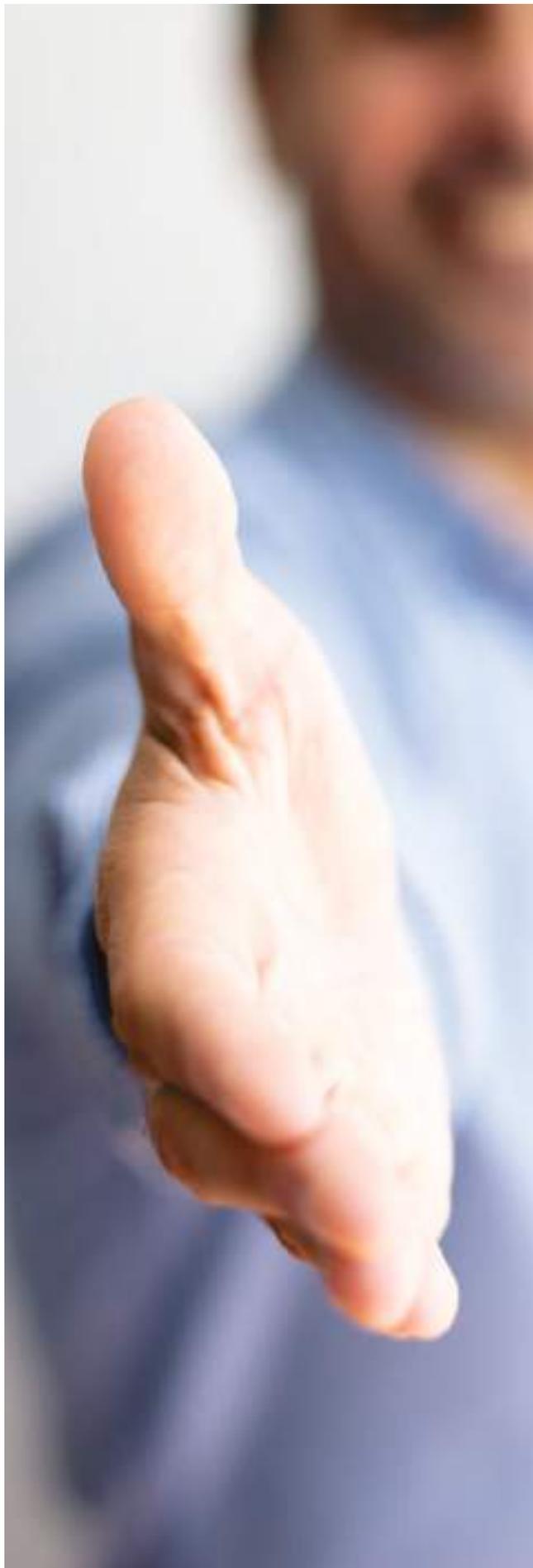
Sekurit Service - 3/51

EFETIVO

Eduardo Rodrigues Santos
Douglas Melo Lisboa
Rodrigo Ferreira de Oliveira

SUPLENTE

Edson Fernandes de Lima
Edgar Zucon
Francisco Gladyson Elpidio de Oliveira



NOSSOS AGRADECIMENTOS

À Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC, à Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - Ocesp, ao Banco Central do Brasil - Bacen, entidades institucionais e representativas, fiscalizadoras, orientadoras e de apoio ao segmento do cooperativismo de crédito mútuo.

À Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção - Divisão Vidro Plano, pela confiança, sustentação física, social, administrativa e financeira. Também por acreditar e compartilhar do crescimento da cooperativa e na efetividade de seus benefícios, junto aos associados - funcionários das unidades Mauá e São Caetano do Sul em São Paulo; Betim em Minas Gerais e Gravataí no Rio Grande do Sul.

Às empresas Bruske & Verdan, Padrão Auditoria, SM Informática e MC Comunicação Empresarial, parceiras das áreas de contabilidade, auditoria, informática, marketing e mídias sociais, pelo comprometimento pessoal, suporte técnico e estrutura organizacional. Nosso destaque para o eficiente atendimento personalizado, por meio de telefone, e-mail, WhatsApp.

A todos aqueles que vivenciaram o cotidiano da Cooper-Sekurit, presencialmente ou não, participando, opinando, divulgando ou usufruindo dos benefícios e serviços. Colaborando para o aprimoramento, desenvolvimento e sucesso da entidade; e, ao mesmo tempo estimulando e transmitindo informações sobre a importância de ser cooperado.

Aos participantes do quadro social que acreditaram na transparência dos dirigentes e colaboradoras, na importância da cooperação, na segurança Financeira e na solidez econômica da nossa Cooperativa. Que contribuíram mensalmente com o seu capital social, que exerceram o papel de cooperado, que usufruíram e utilizaram do crédito com sabedoria, e, com certeza, por meio da política de empréstimos, concretizaram os seus sonhos.

REALIZAÇÕES DA DIRETORIA



Logo no início do ano, foram entregues kits de material escolar e mochilas aos filhos dos associados, destacando a preocupação em participar na questão educativa das crianças, por meio do benefício de mais de duas décadas.



Continuidade e novas opções de serviços e benefícios com diversas linhas de empréstimos, parceria com operadora de seguros, convênio cultural e de diversão com empresas de entretenimento, auxílio funeral no falecimento de pais, cônjuges e filhos.



Realizada Assembleia Geral, com apresentação do trabalho conjunto, totalmente dedicado ao crescimento econômico e social dos cooperados, como também ao desenvolvimento financeiro da Cooper-Sekurit.



Nos primeiros dias do mês de maio a pandemia teve fim. Durante o período devastador pelo qual toda a humanidade passou, em nenhum momento nossa Cooperativa deixou de disponibilizar seus serviços, benefícios, criar novas parcerias e apoiar seu quadro social.



No seu aniversário de 47 anos além de doces e brindes, a Cooper-Sekurit homenageou e presenteou três cooperados com filiação mais antiga, sorteou vales presentes, TV de 43 polegadas doada pela R. Andrade Corretora de Seguros.



Complementando as atividades da festa, foi realizada a Pesquisa de Satisfação, em que se ressaltou a importância da opinião do cooperados, para o contínuo aprimoramento dos serviços oferecidos pela Cooper-Sekurit e interação junto ao quadro social.



A Campanha de Adesão de novos associados, em comemoração ao Dia dos Pais, teve sorteio de ingressos Cinemark, para aqueles que se tornaram membros da Cooperativa, também durante os meses de setembro a dezembro. Unir-se à Cooper-Sekurit significa entrar em uma sociedade que valoriza a cooperação, a solidariedade e a prosperidade financeira para todos os membros.

“As cooperativas podem ajudar as comunidades a atingir o desenvolvimento sustentável por adotarem valores como cooperação e solidariedade, ao mesmo tempo em que geram emprego e renda”.



APRECIÇÃO

Com respeito e de acordo com os procedimentos estabelecidos, temos a honra de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Estes documentos dizem respeito à Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção - Divisão Vidro Plano, conhecida como Cooper-Sekurit. Esta submissão é feita em estrita conformidade com a legislação brasileira vigente, assegurando a observância das normas contábeis e regulamentações aplicáveis.

A preparação destas Demonstrações Contábeis foi conduzida com a máxima diligência e precisão, refletindo com fidelidade a posição financeira da Cooper-Sekurit ao término do ano fiscal de 2023. A apresentação destes documentos é um testemunho do nosso compromisso contínuo com a transparência e a governança corporativa de excelência.

Entendemos que a clareza e a integridade nas nossas demonstrações financeiras são fundamentais para manter a confiança de nossos cooperados, parceiros e da comunidade empresarial em geral.

A Diretoria gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar sua gratidão a todos os membros da equipe, cujo trabalho árduo e dedicação foram essenciais para alcançar os resultados apresentados. Da mesma forma, estendemos nosso agradecimento aos nossos cooperados pela confiança e apoio contínuos, elementos sem os quais nosso sucesso não seria possível. Estamos confiantes de que as estratégias adotadas e os resultados alcançados durante o exercício de 2023 nos colocam em uma posição sólida para enfrentar os desafios futuros.

É nosso desejo que a análise desses documentos possa reforçar a confiança em nossa gestão e contribuir para uma percepção ainda mais positiva da nossa cooperativa. Juntos, seguimos empenhados em promover o crescimento sustentável e a prosperidade da Cooper-Sekurit.

A Diretoria





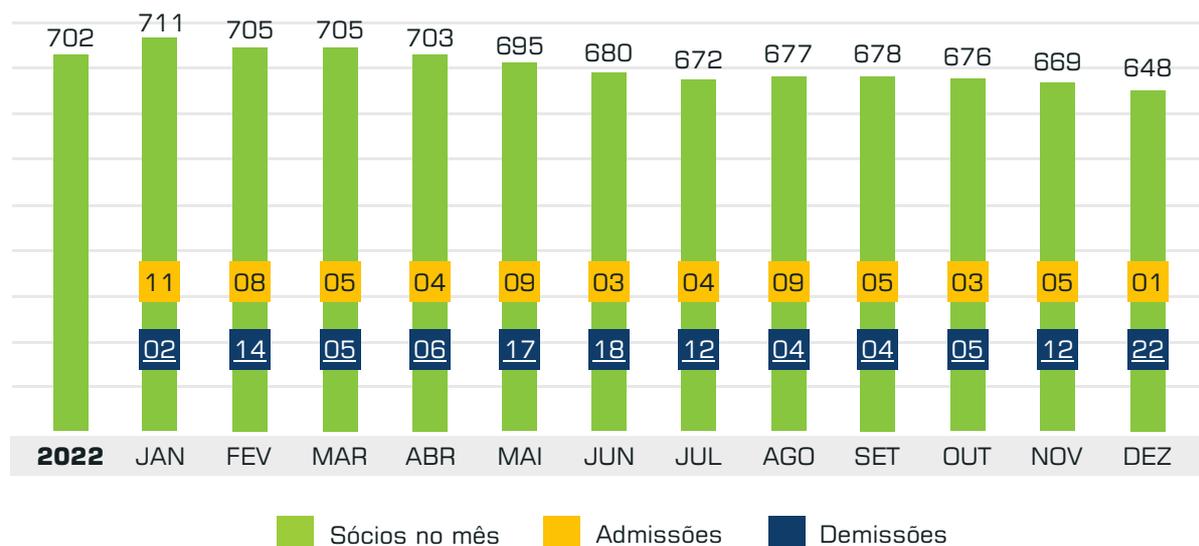
POLÍTICA OPERACIONAL

No ano de 2023, a Cooper-Sekurit completou 47 anos, reafirmando seu compromisso como uma instituição focada em estimular o crédito para os cooperados. Seu trabalho com os associados é realizado essencialmente por meio da capitalização e do fornecimento de empréstimos.

QUADRO SOCIAL

	2023	2022
Nº de Cooperados no início do exercício	702	670
Admissões no exercício	67	122
Desligamento no exercício	(121)	(90)
Nº de cooperados no fim do exercício	648	702

Nosso quadro social em 2023 obteve uma redução de 7,69% em relação ao ano de 2022. Das demissões ocorridas no exercício, 116 foram por perda de vínculo empregatício, 3 demissões espontânea e 2 exclusões.



QUADRO SOCIETÁRIO NOS ÚLTIMOS 05 ANOS



CAPITAL INTEGRALIZADO

Valor da Conta Capital em 31/12/2022	R\$ 6.027.126,65
Valor Integralizado no exercício de 2023	R\$ 581.734,87
Incorporação dos juros do exercício de 2023	R\$ 481.937,58
Restituições por desligamentos no exercício de 2023	(R\$ 905.043,64)
VALOR TOTAL EM 31/12/2023	R\$ 6.185.755,46

O capital social apresentou uma evolução de 2,63% no exercício de 2023.

CAPITAL SOCIAL MENSAL



CAPITAL SOCIAL NOS ÚLTIMOS 05 ANOS

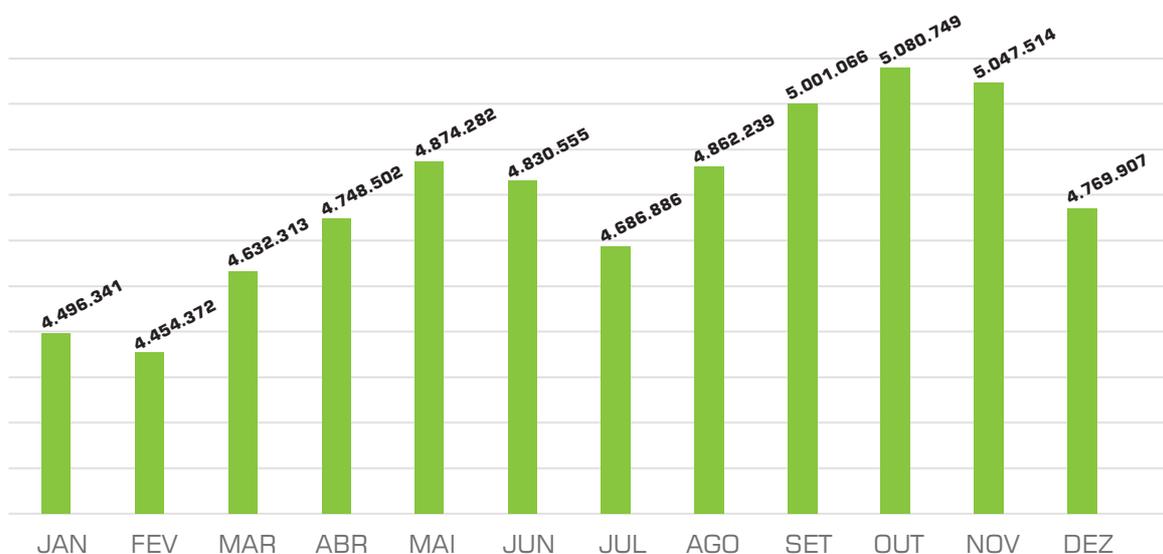


EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

	2023	2022	
LINHA	VALOR	VALOR	EVOLUÇÃO
NORMAL	R\$ 1.100.055,00	R\$ 1.178.920,00	(6,68%)
NORMAL REFIN	R\$ 1.578.540,00	R\$ 1.593.876,00	(0,96%)
RÁPIDO	R\$ 1.762.766,00	R\$ 1.621.518,00	8,71%
AIR	R\$ 98.444,00	R\$ 136.445,00	(27,85%)
ADIANTAMENTO 13º	R\$ 242.383,00	R\$ 217.379,00	11,50%
ADIANTAMENTO BÔNUS	R\$ 136.750,00	R\$ 209.230,00	(36,64%)

*valores líquidos

TOTAL CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS MENSAL



CARTEIRA EMPRÉSTIMO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados.

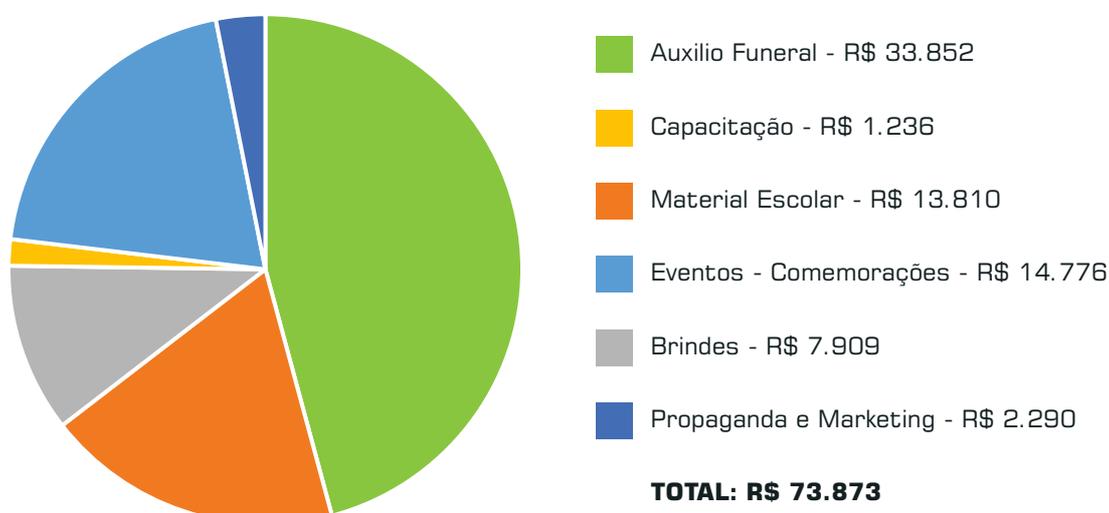
A Cooper-Sekurit adota a política de classificação de crédito de sua carteira, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo concentração de 92,97% nos níveis de "A até C".

FATES

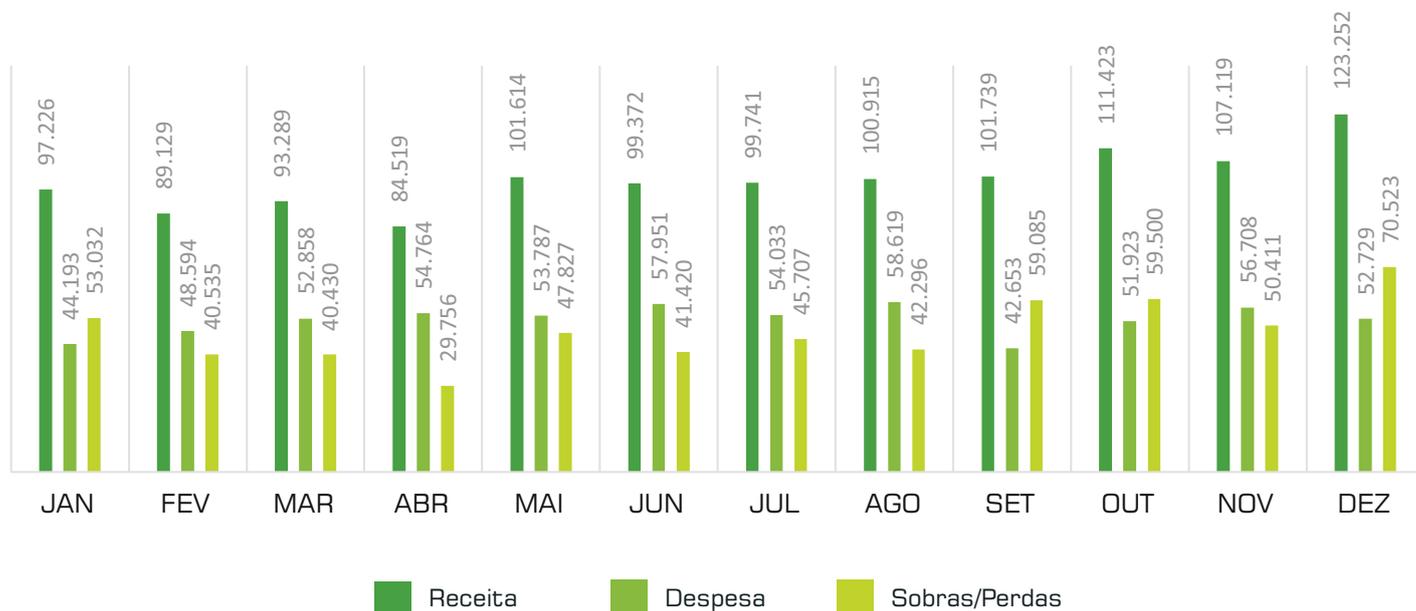
FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
SALDO EM 31/12/2022			R\$ 493.487,88
TRANSFERÊNCIA SOBRAS 2022 CONF AGO		R\$ 12.711,90	
VALOR APURADO SOBRAS 2023 5%		R\$ 337,14	
AUXÍLIO FUNERAL	R\$ 33.852,00		
MATERIAL ESCOLAR	R\$ 13.810,21		
BRINDES	R\$ 7.908,74		
CAPACITAÇÃO	R\$ 1.236,00		
EVENTOS – COMEMORAÇÕES	R\$ 14.776,40		
PROPAGANDA E MKT - RELATÓRIO ANUAL	R\$ 2.290,00		
SALDO EM 31/12/2023			R\$ 432.663,57

VALORES UTILIZADOS FATES



RECEITA/DESPESAS TOTAIS MENSAIS



JUROS S/ CAPITAL - ÚLTIMOS 05 ANOS



RESULTADOS

As sobras acumuladas estão assim compostas:

	2023
SOBRAS BRUTAS DO EXERCÍCIO	R\$ 528.118,60
(-) JUROS SOBRE CAPITAL	R\$ 541.465,40
(+) REVERSÃO FATES	R\$ 20.089,67
(=) RESULTADO DO ATO COOPERATIVO	R\$ 6.742,87
(-) DESTINAÇÃO À RESERVA LEGAL/10%	R\$ 674,29
(-) DESTINAÇÃO AO FATES/5%	R\$ 337,14
(=) SALDO À DISPOSIÇÃO DA AGO	R\$ 5.731,44

SOBRAS E PERDAS ÚLTIMOS 05 ANOS

2019	R\$ 242.997
2020	R\$ 534.775
2021	R\$ 274.014
2022	R\$ 12.712
2023	R\$ 5.731



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, representados pelos delegados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os Balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral, a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



CONSELHO FISCAL

Eleito a cada 2 (dois) anos na AGO, com mandato até a AGO de 2024, o Conselho Fiscal tem função complementar à Diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe da Cooper-Sekurit aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de Diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da FNCC - Federação Nacional das Cooperativas de Crédito, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet, integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2023, a Ouvidoria da Cooper-Sekurit não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Mauá, 22 de março de 2024.

Silvino Theodoro da Silva
Diretor-Presidente

João Batista dos Santos
Diretor-Tesoureiro

Nilson Rodrigues Leal
Diretor-Secretário

Claudio Marcio da Silva
Diretor-Adjunto





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA CUMULATIVAS

O Diretor-Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção – Divisão Vidro Plano, inscrita sob o CNPJ nº 48.140.925/0001-64 e NIRE 35.400.002.018, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro), em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Cumulativas, a realizar-se em 24 de abril de 2024, de forma virtual, com votação a distância, por meio de ferramenta de reunião on-line denominada Microsoft Teams, que será disponibilizada aos delegados através de endereço de e-mail, por meio do qual também serão registrados os votos dos participantes, às 16h (dezesesseis horas), em primeira convocação com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos delegados; às 17h (dezesete horas), em segunda convocação com a presença de metade mais 1 (um) dos delegados e às 18h (dezoito horas), em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

EXTRAORDINÁRIA

1. Reforma Parcial do Estatuto Social compreendendo:

- Alteração do Inciso II Art. 36
- Alteração caput e Parágrafo Único do Art. 71
- Alteração Art. 75
- Alteração Art. 76
- Alteração Art. 77 Inciso I e § 4º
- Exclusão do Inciso XII do Art. 78

2. Extinção do fundo de reserva para contingências e criação do fundo de reserva para absorção de impactos relativos às Resoluções nº 4966/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 352/2023 publicada pelo Banco Central do Brasil (BCB)

ORDINÁRIA

- Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2023, compreendendo o Relatório de Gestão, o Demonstrativo de Sobras, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer da Auditoria Externa;
- Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo;
- Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES;
- Eleição dos membros da Diretoria;
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal.
- Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

Mauá, 12 de abril de 2024.

Silvano Theodoro da Silva
Diretor-Presidente

NOTA (I): Conforme determina a Resolução do CMN nº 5.051/22 em seu artigo 40, as demonstrações contábeis do exercício de 2023 acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes estão à disposição dos associados: (I) na sede da cooperativa; (II) para envio aos endereços eletrônicos daqueles que requisitem e; (III) no site da Cooperativa: www.coopersekurit.com.br;

NOTA (II): As inscrições das chapas concorrentes aos cargos da Diretoria e Conselho Fiscal deverão ser realizadas na sede da Cooperativa, mediante protocolo, até às 16 horas do dia 19/04/2024, observando os demais procedimentos previstos no Regulamento Eleitoral;

NOTA (III): A Assembleia Geral pertinente a este ato convocatório ocorrerá na plataforma de videoconferência Microsoft Teams, que permite reunir os participantes de maneira online com recursos de áudio, vídeo, compartilhamento de tela e outras funcionalidades;

NOTA (IV): Todas as orientações para acesso ao aplicativo do sistema MICROSOFT TEAMS serão disponibilizadas previamente aos associados através de comunicações internas por e-mail e envio de informações por aplicativo de mensagem

Nota (V): A votação das matérias será realizada por aclamação, ocorrendo primeiro a votação dos discordantes, em seguida a contagem dos que se abstiveram de votar e por diferença do número de delegados presentes, a computação dos votos aprovados. O tempo de votação será de 01 minuto para cada item, podendo ser prorrogável se necessário;

Nota (VI): A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção – Divisão Vidro Plano não poderá ser responsabilizada, caso algum delegado tenha problemas, de ordem técnica com hardware ou internet, que prejudiquem a sua participação e/ou votação nas assembleias gerais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em R\$)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes a Caixa		2.467.961,78	2.386.911,00
Disponibilidades	5	9.087,68	551,55
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		2.458.874,10	2.386.359,45
Carteira Própria	6.a	2.440.284,31	2.369.225,86
Participações de Cooperativas	6.b	18.589,79	17.133,59
Instrumentos Financeiros		2.528.453,18	1.575.517,92
Operações de Crédito		2.528.453,18	1.575.517,92
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	7	2.528.453,18	1.575.517,92
(-) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(106.423,72)	(15.763,69)
(-) Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(106.423,72)	(15.763,69)
(-) Provisão para Operações de Créditos	8	-106.423,72	-15.763,69
Outros Ativos		285.347,86	271.651,01
Outros Créditos		285.347,86	271.651,01
Diversos	10	285.347,86	271.651,01
Total do Ativo Circulante		5.175.339,10	4.218.316,24
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		2.232.909,81	3.119.860,05
Instrumentos Financeiros		2.240.344,50	3.078.784,50
Operações de Crédito		2.240.344,50	3.078.784,50
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	7	2.240.344,50	3.078.784,50
(-) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(83.411,28)	(34.901,04)
(-) Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(83.411,28)	(34.901,04)
(-) Provisão para Operações de Créditos	8	-83.411,28	-34.901,04
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		75.976,59	75.976,59
Impostos e Contribuições a Compensar		75.976,59	75.976,59
Impostos e Contribuições a Compensar	9	75.976,59	75.976,59
Imobilizado de Uso		7.031,44	5.788,96
Imobilizado de Uso	11	21.126,17	17.848,17
(-) Depreciação Acumulada	11	-14.094,73	-12.059,21
Intangível		1.277,43	2.841,39
Ativos Intangível	12	8.455,20	9.275,20
(-) Amortização Acumulada	12	-7.177,77	-6.433,81
Total do Ativo Não Circulante		2.241.218,68	3.128.490,40
Total do Ativo		7.416.557,78	7.346.806,64

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Demais Instrumentos Financeiros		211,11	12.318,36
Obrigações por Empréstimos		-	8.327,07
Empréstimos no País - Outras Instituições	13	-	8.327,07
Outros Passivos Financeiros		211,11	3.991,29
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14	211,11	3.991,29
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		29.489,23	31.113,81
Obrigações Fiscais		29.489,23	31.113,81
Fiscais e Previdenciárias	15	29.489,23	31.113,81
Outros Passivos		582.835,90	673.396,52
Outras Obrigações		582.835,90	673.396,52
Sociais e Estatutárias	16	528.982,39	617.172,40
Diversas	17	53.853,51	56.224,12
Total do Passivo Circulante		612.536,24	716.828,69
Não circulante			
Provisões		62.727,68	62.727,68
Provisões para Contingências	18	62.727,68	62.727,68
Total do Passivo não Circulante		62.727,68	62.727,68
Patrimônio Líquido			
Capital Social	19	6.185.755,46	6.027.126,65
Reserva de Lucros	20	549.806,96	527.411,72
Sobras ou (Perdas) do Semestre / Exercícios	21	5.731,44	12.711,90
Total do Patrimônio Líquido		6.741.293,86	6.567.250,27
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.416.557,78	7.346.806,64

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Silvino Theodoro da Silva
Diretor-Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010037/O-4 *S-SP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023.
(Em R\$)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS
INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

	Notas	2º semestre/23	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		696.409,82	1.329.519,04	1.129.305,17
Operações de Crédito	24	552.823,72	1.033.388,79	847.818,19
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	25	143.586,10	296.130,25	281.486,98
Despesas da Intermediação Financeira		(108.293,20)	(149.787,39)	58.886,58
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	26	(108.293,20)	(149.787,39)	58.886,58
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		588.116,62	1.179.731,65	1.188.191,75
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(341.400,83)	(653.069,25)	(608.968,02)
Despesas de Pessoal	27	(170.351,49)	(335.057,04)	(311.886,78)
Outras Despesas Administrativas	28	(149.889,73)	(294.368,90)	(293.658,17)
Despesas Tributárias	29	(1.068,03)	(3.551,12)	(5.157,42)
Outras Receitas Operacionais	30	-	-	2.568,86
Outras Despesas Operacionais	31	(20.091,58)	(20.092,19)	(834,51)
Resultado Operacional		246.715,79	526.662,40	579.223,73
Outras Receitas e Despesas		1.456,20	1.456,20	1.300,14
Ganhos de Capital	32	1.456,20	1.456,20	1.300,14
Resultado antes da Provisão de Juros ao Capital		248.171,99	528.118,60	580.523,87
Juros ao Capital	22	(541.465,40)	(541.465,40)	(565.568,69)
Reversão do FATES		20.089,67	20.089,67	-
Sobras (Perdas) Líquidas do Semestre / Exercícios		(273.203,74)	6.742,87	14.955,18
Destinações das Sobras:		(1.011,43)	(1.011,43)	(2.243,28)
Reserva Legal		(674,29)	(674,29)	(1.495,52)
FATES - Ato Cooperativo		(337,14)	(337,14)	(747,76)
Sobras (Perdas) Líquidas do Semestre / Exercícios após Destinações	21	(274.215,17)	5.731,44	12.711,90

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023.
(Em R\$)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS
INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

	Notas	2º semestre/23	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou (Perdas) Líquidas do Semestre/Exercícios	-	(274.215,17)	5.731,44	12.711,90
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Sobras (Perdas) de Ajustes Abrangentes do Semestre/Exercícios		(274.215,17)	5.731,44	12.711,90

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Silvino Theodoro da Silva
Diretor-Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010037/O-4 *S-SP

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES

do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023
(Em R\$)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS
INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

	<u>Reserva de Lucros</u>				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldos em 01/01/2022	5.486.544,66	507.565,01	18.351,19	274.014,41	6.286.475,27
Integralização de Capital	570.390,57	-	-	-	570.390,57
Devolução de Capital	(732.384,51)	-	-	-	(732.384,51)
Incorporação do Juros ao Capital	702.575,93	-	-	-	702.575,93
Transferência conforme AGO	-	-	-	(274.014,41)	(274.014,41)
Sobras do Exercício	-	-	-	580.523,87	580.523,87
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(565.568,69)	(565.568,69)
Fundo de Reserva	-	1.495,52	-	(1.495,52)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(747,76)	(747,76)
Saldos em 31/12/2022	6.027.126,65	509.060,53	18.351,19	12.711,90	6.567.250,27
Mutação do Exercício	540.581,99	1.495,52	-	(261.302,51)	280.775,00
Saldos em 01/01/2023	6.027.126,65	509.060,53	18.351,19	12.711,90	6.567.250,27
Integralização de Capital	581.734,87	-	-	-	581.734,87
Devolução de Capital	(964.571,46)	-	-	-	(964.571,46)
Incorporação do Juros ao Capital	541.465,40	-	-	-	541.465,40
Transferência conforme AGO	-	-	-	(12.711,90)	(12.711,90)
Transferência de Saldo de Ex-Associados	-	21.720,95	-	-	21.720,95
Reversão do FATES	-	-	-	20.089,67	20.089,67
Sobras do Exercício	-	-	-	528.118,60	528.118,60
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(541.465,40)	(541.465,40)
Fundo de Reserva	-	674,29	-	(674,29)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(337,14)	(337,14)
Saldos em 31/12/2023	6.185.755,46	531.455,77	18.351,19	5.731,44	6.741.293,86
Mutação do Exercício	158.628,81	22.395,24	-	(6.980,46)	174.043,59
Saldos em 01/07/2023	5.907.385,67	509.060,53	18.351,19	279.946,61	6.714.744,00
Integralização de Capital	284.852,94	-	-	-	284.852,94
Devolução de Capital	(547.948,55)	-	-	-	(547.948,55)
Incorporação de Juros ao Capital	541.465,40	-	-	-	541.465,40
Transferência de Saldo de Ex-Associados	-	21.720,95	-	-	21.720,95
Reversão do FATES	-	-	-	20.089,67	20.089,67
Sobras do Semestre	-	-	-	248.171,99	248.171,99
Destinações das Sobras:					
Juros ao Capital	-	-	-	(541.465,40)	(541.465,40)
Fundo de Reserva	-	674,29	-	(674,29)	-
FATES - Ato Cooperativo	-	-	-	(337,14)	(337,14)
Saldos em 31/12/2023	6.185.755,46	531.455,77	18.351,19	5.731,44	6.741.293,86
Mutação do Semestre	278.369,79	22.395,24	-	(274.215,17)	26.549,86

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES

do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023
(Em R\$)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS
INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO

	2º semestre/23	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Sobras ou (Perdas) do Semestre/Exercícios	248.171,99	528.118,60	580.523,87
Ajustes			
Juros ao capital	(541.465,40)	(541.465,40)	(565.568,69)
Juros ao capital Investido	(1.456,20)	(1.456,20)	(1.300,14)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	98.769,60	139.170,27	(63.256,70)
Depreciações e Amortizações	(1.449,12)	3.599,48	3.554,60
Sobras ou (Perdas) dos Semestres/Exercícios Ajustados	(197.429,13)	127.966,75	(46.047,06)
(Aumento)/Diminuição em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	58.772,84	(114.495,26)	(454.525,84)
Outros Valores e Bens	3.171,63	-	-
Outros Ativos	25.284,89	(13.696,85)	(5.716,03)
Aumento/(Diminuição) em Passivos Operacionais			
Obrigações por Empréstimos	-	(8.327,07)	8.327,07
Outros Passivos Financeiros	(2.564,40)	(3.780,18)	2.782,58
Fiscais e Previdenciárias	19.813,87	(1.624,58)	20.452,80
Outros Passivos	(36.606,67)	(90.560,62)	(51.090,65)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operações	(129.556,97)	(104.517,81)	(525.817,13)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Inversão do Imobilizado de Uso	-	(3.278,00)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	-	(3.278,00)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Capital Social	278.369,79	158.628,81	540.581,99
Transferência Conforme AGO	-	(12.711,90)	(274.014,41)
Transferência de Saldo de Ex-Associados	21.720,95	21.720,95	-
Reversão do FATES	20.089,67	20.089,67	-
Constituição do FATES	(337,14)	(337,14)	(747,76)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	319.843,27	187.390,39	265.819,82
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	190.286,30	79.594,58	(259.997,31)
No Início do Período	2.259.085,69	2.369.777,41	2.629.774,72
No Fim do Período (nota 4)	2.449.371,99	2.449.371,99	2.369.777,41
Variação Líquida das Disponibilidades	190.286,30	79.594,58	(259.997,31)

As Notas Explicativas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Silvino Theodoro da Silva
Diretor-Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC ES 010037/O-4 *S-SP

NOTAS EXPLICATIVAS

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT – GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO**, constituída em 15/07/1976, a Cooperativa é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. É rígida pela legislação vigente, pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, pelas normas internas próprias.

A Cooperativa tem por objetivo social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de créditos:

- I. O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de créditos;
- II. Prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas; e
- III. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29 de fevereiro de 2024.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2023:

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e

demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 01 de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 01 de Janeiro de 2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 01 de abril de 2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 01 de Julho de 2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Instrução Normativa BCB nº 343/2023: cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos das Instruções Normativas BCB nsº 268, 270, 271, 273, 275 e 315/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de julho de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 378/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos da Instruções Normativas BCB nº271/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de junho de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 404/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos da Instruções Normativas BCB nº268, 270, 271, 273 e 275/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de agosto de 2023.

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Entra em vigor em 01 de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Em junho de 2023, a **Resolução CMN nº 5.088/2023** altera o artigo 38º da **Resolução CMN nº 5.051/2022** em relação a participação dos membros estatutários em outra Instituição Financeira.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação dos documentos de constituição das cooperativas e normatizações internas, cujo processo de elaboração já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 01 de janeiro de 2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Instrução Normativa BCB nº 442/2023: Altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), alterando alguns artigos da Instruções Normativas BCB nº268, 270, 271, 273 e 275/2022.

Os saldos contábeis registrados em outras rubricas devem ser reclassificados para as adequadas rubricas contábeis criadas por esta Instrução Normativa, observados os dispositivos e prazos previstos na regulação vigente. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023: a norma estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2024 para os artigos n.º 24, 100 e 101 e para os demais dispositivos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 438 de 14 de dezembro de 2023: Altera a Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, que altera e consolida os procedimentos para a remessa de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, para fins de divulgação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (CDSFN), de que trata a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 02 de janeiro de 2024.

A Cooperativa está em fase de implantação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966/2021. Entra em vigor em 01 de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Cooperativa avaliou a capacidade da continuidade normal dos seus negócios, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, aderindo de forma responsável, todos os protocolos de segurança, a fim de evitar a propagação do Novo Coronavírus.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das suas operações pós efeitos da pandemia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável e participações em Cooperativas.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Investimentos

Representados substancialmente pelas quotas do Bancoob e na Federação Nacional das Cooperativas de Crédito - FNCC.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

o) Segregação em Circulante e não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor Recuperável de Ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	9.087,68	551,55
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.440.284,31	2.369.225,86
TOTAL	2.449.371,99	2.369.777,41

5. Disponibilidades

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bradesco – conta 97.600-8	67,30	327,70
Santander – conta 13002087-2	8.796,53	-
Banco do Brasil – conta 687-4	223,85	223,85
TOTAL	9.087,68	551,55

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Fundo de Renda Fixa (a)	2.440.284,31	-	2.369.225,86	-
Outras Participações (b)	18.589,79	-	17.133,59	-
TOTAL	2.458.874,10	-	2.386.359,45	-

(a) As cotas de fundos de rendas fixas referem – se, substancialmente a aplicações mantidas junto as seguintes Instituições Financeiras:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Santander – Fixa Referencial DI	700.249,99	616.957,25
Santander – RF Referenciado DI Advenced	684.868,41	694.183,37
Santander – Títulos Públicos DI FIC FI	336.633,21	420.184,05
Banco do Brasil – RF CP Empresa Ágil	581.764,78	518.104,01
Bradesco – FICFI RF Crédito Privado	136.767,92	119.797,18
TOTAL	2.440.284,31	2.369.225,86

(b) Representado por Cotas mantidas junto à Federação Nacional das Cooperativas de Crédito – FNCC acrescido de juros ao capital em atendimento ao disposto da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil – IN BCB nº 268/2022.

7. Operações de crédito

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	2.528.453,18	2.240.344,50	4.768.797,68	4.654.302,42
TOTAL	2.528.453,18	2.240.344,50	4.768.797,68	4.654.302,42

a) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	83.725,94	1,76%	91.329,26	1,96%
10 Maiores Devedores	609.458,40	12,78%	536.708,52	11,53%
50 Maiores Devedores	2.017.532,47	42,31%	1.818.007,05	39,06%

b) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do Período	38.001,24	34.318,70
Recuperação/Recebimento no Exercício	3.269,83	2.358,83
Baixa de Créditos Incobráveis	(10.969,95)	5.694,13
Transferência para Crédito em Liquidação	(10.617,12)	(4.370,12)
TOTAL	19.684,00	38.001,24

c) As taxas de juros adotadas são compatíveis com o praticado no mercado financeiro e estão descritas na política de empréstimo.

Modalidade	Tipo de Juros	Taxas
Adiantamento Segunda Parcela 13º Salário	SAC	2,50% a. m.
Antecipação de Imposto de Renda	SAC	2,50% a. m.
Adiantamento Bônus	SAC	2,50% a. m.
Empréstimo Rápido até 30/06/2023	SAC	2,50% a. m.
Empréstimo Rápido a partir de 01/07/2023	SAC	2,99% a. m.
Empréstimo Normal sem Refinanciamento até 30/06/2023	SAC	1,50% a. m.
Empréstimo Normal com Refinanciamento até 30/06/2023	SAC	1,70% a. m.
Empréstimo Normal sem Refinanciamento a partir de 01/07/2023	SAC	1,75% a. m.
Empréstimo Normal com Refinanciamento a partir de 01/07/2023	SAC	1,90% a. m.

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Circulante	Não Circulante	Total	
(-) Prov. para Operações de Crédito	106.423,72	83.411,28	189.835,00	50.664,73
TOTAL	106.423,72	83.411,28	189.835,00	50.664,73

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2023	Provisões em 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões em 31/12/2022
A	0,5%	Normal	2.734.771,96	(13.673,86)	3.025.902,21	(15.129,51)
B	1%	Normal	1.399.734,09	(13.997,34)	1.297.131,28	(12.971,31)
B	1%	Vencidas	-	-	6.264,27	(62,64)
C	3%	Normal	296.361,69	(8.890,85)	234.125,10	(7.023,75)
C	3%	Vencidas	2.627,10	(78,81)	27.856,97	(835,71)
D	10%	Normal	50.326,65	(5.032,67)	20.415,35	(2.041,54)
D	10%	Vencidas	3.449,20	(344,92)	6.496,43	(649,64)
E	30%	Normal	131.108,72	(39.332,62)	33.624,54	(10.087,36)
E	30%	Vencidas	2.347,59	(704,28)	-	-
F	50%	Normal	21.011,60	(10.505,80)	-	-
F	50%	Vencidas	1.684,12	(842,06)	1.246,00	(623,00)
G	70%	Normal	92.014,19	(64.409,93)	-	-
G	70%	Vencidas	4.463,03	(3.124,12)	-	-
H	100%	Normal	21.734,34	(21.734,34)	-	-
H	100%	Vencidas	7.163,40	(7.163,40)	1.240,27	(1.240,27)
Total Normal			4.747.063,24	(177.577,41)	4.611.198,48	(47.253,47)
Total Vencidas			21.734,44	(12.257,59)	43.103,94	(3.411,26)
Total Geral			4.768.797,68	(189.835,00)	4.654.302,42	(50.664,73)
Provisões			(189.835,00)		(50.664,73)	
Total Líquido			4.578.962,68		4.603.637,69	



b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do Período	50.664,73	113.921,43
Constituições/Reversões no Período	149.787,39	(58.886,58)
Transparência para Prejuízo	(10.617,12)	(4.370,12)
TOTAL	189.835,00	50.664,73

9. Impostos e Contribuições a Compensar

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	75.976,59	-	75.976,59
TOTAL	-	75.976,59	-	75.976,59

(a) Referem – se a depósitos judiciais de recursos de PIS e COFINS sobre atos não cooperados;

10. Outros Créditos

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores Diversos – País (a)	285.347,86	-	271.651,01	-
TOTAL	285.347,86	-	271.651,01	-

(a) Refere – se aos valores a receber de repasse da Empresa de desconto em Folha de Pagamento.

11. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022		Aquisição	Baixa	31/12/2023	
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	3.829,06	-	-	-	3.829,06	
Computadores e Periféricos	20%	13.220,11	3.278,00	-	-	16.498,11	
Equipamentos de Comunicação	20%	799,00	-	-	-	799,00	
Total do Imobilizado de Uso		17.848,17	3.278,00	-	-	21.126,17	
(-) Total Depreciação Acumulada		(12.059,21)	(2.035,52)	-	-	(14.094,73)	
TOTAL		5.788,96	1.242,48	-	-	7.031,44	

12. Intangível

Descrição	Taxa Intangível	31/12/2022	Aquisição	Baixa	31/12/2023
Software	20%	9.275,20	-	(820,00)	8.455,20
(-) Total Amortização Acumulada		(6.433,81)	(1.563,96)	820,00	(7.177,77)
TOTAL		2.841,39	(1.563,96)	-	1.277,43

13. Empréstimos no País - Outras Instituições

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo Bancário Credor	-	-	8.327,07	-
TOTAL	-	-	8.327,07	-

14. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobr. e Arrecad. de Tributos e Assemelhados (a)	211,11	-	3.991,29	-
TOTAL	211,11	-	3.991,29	-

(a) Refere-se aos valores de IOF retido de operações de créditos a serem pagos em janeiro de 2024.

15. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contr. s/ Serviços de Terceiros (a)	467,95	-	462,41	-
Impostos e Contr. s/ Salários (b)	12.161,93	-	11.522,39	-
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (c)	16.859,35	-	19.129,01	-
TOTAL	29.489,23	-	31.113,81	-

(a) Desconto de Imposto de Renda e PIS/COFINS/CSLL (Lei 10.833, com alterações dadas pela Lei nº 12.973/14) sobre pagamentos efetuados para prestadores de serviços apurados em dezembro de 2023 a serem recolhidos em janeiro de 2024;

(b) Refere-se a impostos e contribuições retidos e incidentes sobre salários pagos a funcionários em dezembro de 2023 que serão recolhidos em janeiro de 2024;

(c) Refere-se ao imposto decorrente de IRRF sobre Juros ao Capital a ser recolhido em janeiro de 2024.

16. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participação nos Lucros (a)	43.753,01	-	31.716,13	-
Resultado de Atos com Associados (b)	432.663,57	-	493.487,88	-
Sobras Líquidas a Distribuir (c)	1.747,22	-	16.817,62	-
Cotas de Capital a Pagar (d)	50.818,59	-	75.150,77	-
TOTAL	528.982,39	-	617.172,40	-

(a) Provisão líquida de juros ao capital calculados a taxa de juros limitada a variação da SELIC a incorporar ao capital dos associados no início do exercício seguinte. Para tributação foi aplicada a tabela progressiva do imposto de renda;

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária.

A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;

- (c) Refere – se ao saldo de sobras a pagar aos ex – associados dos exercícios anteriores;
- (d) Refere – se às cotas de capital e sobras a devolver de associados desligados até 31 de dezembro de 2023.

17. Diversas

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	42.495,50	-	42.634,39	-
Provisão para Despesas Administrativas (b)	11.236,19	-	13.312,70	-
Credores Diversos – País (c)	121,82	-	277,03	-
TOTAL	53.853,51	-	56.224,12	-

- (a) Referem – se à provisão para pagamento de despesas com pessoal compreendendo provisão de férias e encargos sociais até dezembro de 2023;
- (b) Refere – se a valores a pagar dos seguintes fornecedores: Fácil Informática R\$ 5.324,25; Mensalidade FNCC R\$ 3.607,70; Serasa R\$ 171,40; BEB Soluções em Informática R\$ 1.751,44 e Uniprime Assessoria R\$ 381,40;
- (c) Refere – se a valores de Crédito de Associados a devolver.

18. Provisões para Contingências

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Passivos Contingentes (a)	-	62.727,68	-	62.727,68
TOTAL	-	62.727,68	-	62.727,68

- (a) Refere – se a provisões de contingências fiscais de atos não cooperativos de PIS e COFINS.

19. Capital Social

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social (a)	6.185.755,46	6.027.126,65
Associados	648	702

- (a) O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

20. Reserva de Lucros

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal (a)	531.455,77	509.060,53
Reserva de Contingência (b)	18.351,19	18.351,19
TOTAL	549.806,96	527.411,72

(a) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Sendo destinado R\$ 674,29 (1.495,52 em 2022);

(b) Reserva de Contingência

Registra provisões constituídas para absorver prejuízos decorrentes de IRRF sobre Juros ao Capital do período de 1997 a 2001.

21. Sobras Acumuladas

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
(=) Sobras Brutas do Exercício	528.118,60	580.523,87
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(541.465,40)	(565.568,69)
(+) Reversão do FATES	20.089,67	-
(=) Resultado do Ato Cooperativo	6.742,87	14.955,18
(-) Destinação à Reserva Legal - 10% conforme Estatuto	(674,29)	(1.495,52)
(-) Destinação ao FATES - 5% conforme Estatuto	(337,14)	(747,76)
(=) Sobras Líquidas à Disposição da Assembleia Geral	5.731,44	12.711,90

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

22. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2023**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 541.465,40 (R\$ 565.568,69 em 2022), limitado a taxa da variação da SELIC.

23. Contingências Passivas

Conforme prevê a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 25 (R1), recepcionados pelo Banco Central do Brasil mediante Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, um passivo contingente é uma obrigação possível, mas incerta, ou uma obrigação presente que não é reconhecida por não ser provável que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação e o valor da obrigação não pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com prognóstico elaborado pela assessoria jurídica a respeito dos processos que tramitam na esfera tributária, foram mensuradas da seguinte forma:

Processo	Prognóstico	Ação	Valor da Ação
Processo: 2001.61.00.011460-6	Perdas Possíveis	Tributária	20.000,00

Nessa circunstância, não há necessidade de reconhecimento contábil de provisão para contingências.

24. Receitas de Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Empréstimos	1.019.756,81	836.538,51
Rendas de Mora e Multas por Atraso	10.362,15	8.920,85
Recuperação de Empréstimos	3.269,83	2.358,83
TOTAL	1.033.388,79	847.818,19

25. Resultado de Operações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações em Fundos	296.130,25	281.486,98
TOTAL	296.130,25	281.486,98

26. Despesas de Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reversão de Provisão de Operações de Liquidações Duvidosas	11.110,63	76.161,90
Provisão de Operações de Créditos	(160.898,02)	(17.275,32)
TOTAL	(149.787,39)	58.886,58

27. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Pessoal – Benefícios	55.223,54	47.582,11
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	69.920,01	65.548,09
Despesas de Pessoal – Proventos	209.913,49	198.756,58
TOTAL	335.057,04	311.886,78

28. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Comunicações	3.305,83	2.853,80
Despesas de Manutenção e Conservação	23,40	40,17
Despesas do Material	221,98	609,57
Despesas de Processamento de Dados	97.659,41	85.239,27
Despesas de Promoções a Relações	2.685,80	3.672,46
Despesas de Propaganda a Publicidade	37.597,26	35.855,00
Despesas com Publicações	-	1.245,00
Despesas de Serviços do Sistema	13.747,11	22.207,10
Despesas de Serviços de Terceiros	3.322,39	3.363,34
Despesas de Serviços Técnicos	79.905,54	82.174,26
Despesas de Transportes	526,97	466,45
Outras Despesas Administrativas	51.773,73	52.377,15
Despesas de Amortizações	1.563,96	1.563,96
Despesas de Depreciações	2.035,52	1.990,64
TOTAL	294.368,90	293.658,17

29. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Municipais	1.183,83	2.173,64
Tributos Estaduais	266,89	996,20
PIS – Folha de Pagamento	2.100,40	1.987,58
TOTAL	3.551,12	5.157,42

30. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras	-	2.568,86
TOTAL	-	2.568,86

31. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	2,52	834,51
Despesas de Auxílio e Benefícios aos FATES	20.089,67	-
TOTAL	20.092,19	834,51

32. Ganhos de Capital

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Juros ao Capital Recebido	1.456,20	1.300,14
TOTAL	1.456,20	1.300,14

33. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são os Diretores, Conselheiros e Pessoas Chaves da Administração que são pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador executivo ou outro dessa entidade).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são a consignação em folha e o capital do associado.

a) Montante das Operações de Crédito – Saldo Devedor em 31/12/2023 e 31/12/2022

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diretoria e Conselho Fiscal	294.669,02	410.548,39
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	60.326,65	11.676,68
Familiares	36.745,84	18.451,59

b) Montante das Operações de Crédito – Provisões para Risco em 31/12/2023 e 31/12/2022

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diretoria e Conselho Fiscal	17.843,30	9.066,58
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	570,91	58,38
Familiares	183,73	92,26

c) Saldo de Cotas de Capital em 31/12/2023 e 31/12/2022

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diretoria e Conselho Fiscal	458.365,89	401.303,69
Pessoas Chaves da Administração (gerente, assessores)	49.959,68	44.945,62
Familiares	13.479,69	10.784,29

A Diretoria e Conselho Fiscal da Cooperativa não são remuneradas para desempenhar suas atividades junto à Instituição. Cabe destacar que a Cooperativa efetua transações com as Empresas do Grupo relativo aos repasses de capital, empréstimos e liquidação de ex-associados e convênios, com descontos na folha de pagamento dos funcionários sem que as partes tenham vantagem financeiras.

36. Plano para a Implementação da Regulamentação Contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Foi publicado no Diário Oficial da União – DOU de 29/11/2021, Seção 1, p. 393-400 a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil tem sua vigência prevista para 01/01/2025. De acordo com a nova redação dada ao art. 76 pela Resolução CMN nº 5.019/2022, as instituições devem elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução.

O referido plano foi implementado pela diretoria em 28 de dezembro de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

1- Avaliação (Exercício 2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

2- Pré-Projeto (Exercício 2023): Essa fase abrange as atividades e especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho estratégico de transição, novos processos e políticas;

3- Desenvolvimento (Exercícios 2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos, elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;

4- Testes e Homologações (Exercício 2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

5- Atividades de transição (Exercício 2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, estudo paralelo do sistema operacional prontos e de novos processos;

6- Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

37. Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos

Em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.606/2017 alterado pela Resolução do CMN nº 5.049/2022, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socioambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez.

A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

Mauá – SP, 31 de dezembro de 2023.

Silvino Theodoro da Silva
Diretor-Presidente
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flávia de Souza Verdan Bruske
Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



C.E.C.M.E. DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO COOPER SEKURIT

- Demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil
- Relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



PA – 20.772/24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores e Associados da
**C.E.C.M.E. DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E
 PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO – COOPER SEKURIT**
 Mauá – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO – COOPER SEKURIT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO – COOPER SEKURIT** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



PA – 20.772/24

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



PA – 20.772/24

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

PADRÃO AUDITORIA S.S.
CRC-2SP 016.650/0-7
O.C.B. nº 669

FABRÍCIO KOEKE
Contador CRC 1SP 193.079/0-3

CRISTINA Y. Y. HOSOE
Contadora CRC 1SP 223.447/0-9



PARECER DO CONSELHO FISCAL



COOPER-SEKURIT

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PROD IND E P/ CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO
CNPJ: 48.140.925/0001-64

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após analisar as peças contábeis que compõem os balanços encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2023 e, com base nos exames e verificações procedidas nas reuniões mensais, tendo em vista que estão dentro das normas contábeis e fiscais exigidas e, que as mesmas espelham e representam integralmente a situação econômica, financeira, contábil e fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO – DIVISÃO VIDRO PLANO, é favorável à aprovação das contas do exercício de 2023.

Mauá, 28 de março de 2024

Marcelo Jose de Barros – Coordenador

André Fabricio Nunes – Conselheiro Efetivo

Wallisson Salatiel da Silva – Conselheiro Efetivo



"O desenvolvimento sustentável é para as cooperativas um princípio de valorização na relação entre seus associados e a sua atividade.

Crescer e buscar resultados positivos é questão coletiva, onde todos são responsáveis pelas conquistas.

E o valor social ou ambiental gerado desse esforço coletivo é devidamente distribuído conforme o envolvimento de cada um."





EXPEDIENTE



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção - Divisão Vidro Plano.

ATENDIMENTO: Segunda a sexta, 9h às 16h e quarta-feira, 6h às 16h.

Telefone: (11) 2196 9874 | WhatsApp: (11) 94270-1485

E-mail: cooper-sekurit@coopersekurit.com.br

Siga-nos nas redes sociais - Facebook e Instagram - **@COOPERSEKURIT**

OUVIDORIA - Para registrar uma ocorrência, o cooperado deve acessar os seguintes canais:

Telefone: (11) 2196-9874 | Ouvidoria: 0800 0800 5656

Site: www.contatoseguro.com.br/ouvidoriafncc

App: Contato Seguro (Playstore e AppStore)

Horário de atendimento: 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

PRODUÇÃO:



Educação, Formação e Informação ao alcance de todos!



RELATÓRIO ANUAL
Cooper - Sekurit
2023



www.coopersekurit.com.br

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Saint-Gobain
do Brasil Produtos Industriais e para Construção - Divisão Vidro Plano.**